



SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: GLOBALIZAÇÃO, POLÍTICA E CIDADANIA

SECURITIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO NA EUROPA – *OS IMIGRANTES TURCOS E A ALEMANHA* [GT-PENSAR A EUROPA – OS PARADOXOS E DESAFIOS DE UM PROJETO EM MUDANÇA]

PATRÍCIO, Emília Maria Moutinho

Mestre em Relações Internacionais

Universidade do Minho

emilia.patricio@hotmail.com

CARVALHAIS, Isabel Maria Estrada

Grau de Doutor em Sociologia e Equivalência ao Grau de Doutor em Ciência Política e Relações Internacionais

Universidade do Minho

isabelestrada@eeg.uminho.pt

Resumo

A securitarização da migração, já visível desde a década de 80, sofreu um incremento significativo em termos de discurso político e de práticas nele sustentadas após os atentados de 11 de Setembro de 2001, consagrando em definitivo o estereótipo do imigrante muçulmano como ameaça à segurança do Estado e da sociedade europeia, e forçando à legitimação entre as opiniões públicas de um suposto nexos entre imigrante muçulmano, terrorismo e criminalidade transnacional organizada. Na Alemanha, foram os Turcos, quer sob a forma de membros da maior comunidade imigrante muçulmana, quer sob a forma de potenciais imigrantes, que sofreram o maior impacto desta securitarização. O nosso estudo conclui que, pese embora a diminuição das correntes migratórias provenientes da Turquia ser visível, não é todavia possível afirmar que tal se deva direta e muito menos exclusivamente à adoção de políticas securitárias no campo da gestão migratória na Alemanha. Já em relação às consequências das políticas securitárias sobre a qualidade da integração da comunidade imigrante turca instalada no país, é possível perceber que esta só veio reforçar (e acelerar até) a legitimidade social latente de processos de discriminação e de estigmatização a que esta comunidade sempre esteve sujeita.

Abstract

The securitization of migration, which has been visible since the 80's, suffered a significant increase in terms of political discourse and the practices that it sustains after the 9/11 attacks. Because of this, the image of the Muslim immigrant as a threat to the state and to the European society was established in definitive, thus forcing the legitimization amongst public opinion of a supposed nexus between the Muslim immigrant, terrorism and transnational organized crime. In Germany, the Turks, whether as members of the country's largest Muslim immigrant community, or as potential immigrants, were the ones to suffer the most by this securitization. We conclude that although the migration flows from Turkey have visibly diminished, it is impossible to confirm that this happened as a result of German security policies. As for the consequences that the security policies had on the quality of the integration of the Turkish immigrant community in the country, it is possible to perceive that it contributed to an increase of the latent social legitimacy of discriminatory processes and stigmatization to which this community has always been subjected.

Palavras-chave: Imigração. Securitização. Alemanha. Imigrante Muçulmano. Comunidade Turca.

Keywords: Immigration. Securitization. Germany. Muslim Immigrant. Turkish Community.

[PAP0804]

1. A Política Migratória Alemã

Embora a imigração apresente na Alemanha uma longa história, esta conheceu uma intensificação sem precedentes no pós-Segunda Guerra Mundial, transformando a Alemanha num dos principais destinos mundiais de imigração (Oezcan, 2004) e conduzindo a um aumento significativo da sua população imigrante. A migração dividia-se então entre *Aussiedler* (Alemães étnicos), proveniente essencialmente da Europa Central e de Leste e de antigos Estados soviéticos, *Gastarbeiter* (trabalhadores convidados), e requerentes de asilo e refugiados. No entanto, o estatuto oferecido aos imigrantes era muito limitado, revelando assim o arreigamento de sucessivos governos alemães à afirmação de que “a Alemanha não é um país de imigração” – e que desta forma expressavam o que mais não era do que um desejo por uma homogeneidade nacional afinal inexistente (Klusmeyer, 2001, p. 522).

A provar esta vontade de não se assumir como um país de imigração está o facto de, após a guerra, a única legislação referente ao fenómeno da migração ser a Política Reguladora de Estrangeiros (AVPO), que tinha entrado em vigor a 22 de agosto de 1938 e que só concedia aos estrangeiros licença de permanência em território alemão se a sua personalidade e razão para ficar na Alemanha fossem merecedoras de hospitalidade. Para além disso, esta lei não previa direitos especiais ou um estatuto diferente para os imigrantes de longa duração, a concessão de uma licença de permanência de duração ilimitada, ou uma autorização de residência (Schaefer, 2005, pp. 6-7).

Em 1965, e face à incapacidade da AVPO em lidar com o número crescente de imigrantes, o Bundestag aprovou a Lei de Estrangeiros (AuslG), que tinha como objetivo “criar uma política mais aberta, liberal e humana respeitante aos estrangeiros e fortalecer o estatuto dos imigrantes de longa duração” (Schaefer, 2005, p. 7). Ironicamente, esta era mais restritiva do que a lei aprovada durante a Alemanha Nazi.

Foi só em 1990, depois de uma escalada nas críticas de que a interpretação flexível da lei de 1965 dava azo a decisões arbitrárias respeitantes à licença de permanência, que a AuslG foi revista. A nova AuslG introduziu várias alterações, nomeadamente uma maior facilidade no processo de naturalização e de obtenção de cidadania.

Pese embora todas estas alterações, a Alemanha continuou a subscrever a tese de que não era um país de imigração. Foi só com a vitória de uma coligação de centro-esquerda, formada pelos Partido Social-Democrata da Alemanha e Partido Aliança 90/Os Verdes, nas eleições federais de 1998 que tal se alterou. Quando esta coligação subiu ao poder procurou acabar com a ficção nacional de que a Alemanha não é um país de imigração, planeando “introduzir nova leis de imigração, integração e cidadania que erradicariam a noção de um povo ligado por jus sanguinis ou descendência direta” (Pautz, 2005, p. 40).

Assim, a 1 de janeiro de 2000, uma nova Lei da Nacionalidade entrou em vigor. Nela estabelece-se que os imigrantes se podem naturalizar desde que residam continua e legalmente na Alemanha há mais de 8 anos, possuam uma autorização de residência, sejam fluentes em Alemão, não possuam registo criminal, à exceção de ofensas criminais menores, respeitem a Constituição, tenham capacidade económica independente e renunciem à sua cidadania prévia.

A nova Lei da Nacionalidade alemã vem assim reconhecer a naturalização como uma importante via de integração pela qual se permite que o imigrante finalmente participe na sociedade alemã de forma plena.

A nova lei estabelece ainda que as crianças nascidas de pais estrangeiros têm direito, aquando do nascimento em solo alemão, à cidadania alemã (embora devam optar pela cidadania alemã ou pela cidadania dos seus pais entre os 18 e os 23 anos) desde que um dos pais viva legal e continuamente na Alemanha há mais de 8 anos e possua, aquando do nascimento, autorização de residência, o Direito de Residência ou a Autorização de Permanência ilimitada há mais de 3 anos. Verifica-se aqui a introdução de elementos de *jus soli*, o que vai ao encontro do pretendido pela coligação de acabar com a noção de um Povo ligado apenas por *jus sanguinis*.

Embora a reforma da Lei da Nacionalidade tenha aproximado a Alemanha de outros países que incorporam o princípio do *jus soli* no seu ordenamento, a verdade é que a hereditariedade/consanguinidade continua a ser o esteio da lei da nacionalidade alemã. Assim, a naturalização é tratada como uma exceção e a dupla cidadania continua a ser vista em grande medida como um problema. Como consequência da definição étnica de cidadania, os imigrantes e seus descendentes continuam a ser percebidos como estrangeiros no discurso político alemão, mesmo tendo passado largos anos após a aquisição da nacionalidade alemã (Diez & Squire, 2008, p. 569).

A reforma legislativa resultante da adoção de uma nova lei da nacionalidade e do facto de o governo federal ter respondido à necessidade de recrutar trabalhadores especializados – criando assim o *green card* em agosto de 2000, que facilita a contratação de mão-de-obra estrangeira altamente qualificada – conduziu a um debate aceso em torno da imigração e da integração. Tal ficou provado pelo difícil processo que conduziu ao novo Ato para controlar e restringir a imigração e para regulamentar a residência e integração de cidadãos da UE e estrangeiros (*Das Zuwanderungsgesetz*).

O início do processo ocorreu em 2000, com o governo a criar, pelo mãos do seu então Ministro do Interior Otto Schily, uma comissão bipartidária independente, a *SüBmuth-Kommission*, para discutir as mudanças necessárias no campo da imigração.

Desta comissão saíram propostas interessantes que culminaram na adoção de *Das Zuwanderungsgesetz*. O processo de discussão e votação desta lei não foi, contudo, fácil. Com efeito, o 11 de setembro de 2001 aconteceu no momento em que o governo, baseado nas propostas da comissão, discutia uma proposta de lei que visava, pela primeira vez na Alemanha do pós-guerra, reconhecer e regular a imigração, o que fez com que considerações de segurança passassem a ocupar um lugar cimeiro nos debates relativos à imigração. Tal levou a que a lei sobre migração encontrasse um equivalente na Lei Anti-Terrorismo (TBG). Esta dedicou 6 dos seus 24 artigos aos *Ausländer* e aos requerentes de asilo e permitia que associações cujos membros fossem predominantemente estrangeiros fossem encerradas se ficasse provada a existência de ligações a atividades terroristas, o que “é indicativo de uma ligação direta entre terrorismo e migração no caso da Alemanha” (Diez & Squire, 2008, p. 573).

De facto, após a sua adoção, *Das Zuwanderungsgesetz* segue, no campo da segurança, a mesma direção política estabelecida pela TBG que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2002. Significa que, como regra geral, os líderes de organizações que tenham sido banidas podem ser expulsos, assim como pessoas que incitem ao ódio e à violência e que apoiem atos públicos, tais como crimes de guerra e genocídios, que possam pôr em causa a ordem e a segurança pública. Isto concede à polícia poderes excecionais em relação aos estrangeiros e permite a recolha e transmissão de dados de uma forma que em outros contextos não seria aceitável para a maioria dos Alemães. De forma a prevenir ameaças especiais à segurança da Alemanha, *Das Zuwanderungsgesetz* introduziu igualmente as ordens de deportação, concedendo à autoridade suprema dos *Länder* o poder de, baseada em evidências factuais de uma potencial ameaça, ordenar a deportação de um estrangeiro sem ter de emitir uma ordem de expulsão oficial. A ordem de deportação é imediatamente executável (Federal Ministry of the Interior, 2008, pp. 30-33). Podemos assim constatar que houve efetivamente uma securitarização da migração na Alemanha.

2. Securitização da Migração na Alemanha

Um exemplo particularmente importante no pós-11 de setembro prendeu-se com a articulação dos imigrantes muçulmanos com a ideia de ameaça. De facto, embora sempre tenha existido uma dimensão de segurança interna na política migratória alemã, esta assumiu um papel mais significativo após os atentados de 11 de setembro e subsequentes atentados em solo europeu, sobretudo devido à existência de grandes comunidades imigrantes muçulmanas na Alemanha e devido ao facto de um número considerável de fundamentalistas islâmicos, como Metin Kaplan, terem aí conseguido asilo após escaparem a perseguições políticas nos países de origem.

No contexto do pós-11 de setembro assiste-se pois a movimentos securitarizadores na Alemanha, que procuraram colocar em evidência a ligação entre migração e terrorismo. De facto, uma semana após os atentados, quase todos os deputados do Parlamento mostraram nos seus discursos o que para eles era a inequívoca ligação entre migração, terrorismo e segurança. O próprio Chanceler Schröder, embora tenha declarado que o terrorismo não deve impedir a adoção de uma moderna lei de imigração, enfatizou a contribuição que essa lei teria na segurança, ao impor, por exemplo, vistorias regulares ao processo de obtenção de um visto antes da entrada na Alemanha. Também a oposição, nomeadamente a CSU e a CDU, abordou a migração como um assunto de segurança que requeria medidas urgentes para o conter. Tal é visível na declaração do orador da CDU no Comité dos Assuntos Internos no *Bundestag*, Wolfgang Bosbach, que exigiu que se procedesse a uma alteração da política alemã em matéria de imigração e asilo de forma a evitar perigos e a aumentar a segurança. Por outras palavras, Bosbach invocou a imigração enquanto ameaça real para justificar a adoção de medidas que noutras circunstâncias não seriam vistas como legítimas (Diez & Squire, 2008, p. 575).

Em paralelo, pode-se afirmar também que a securitarização da migração no contexto nacional reflete a existência a montante de determinadas concepções de cidadania, as quais funcionam como enquadramento para os debates que rodeiam a migração. Assim, o facto de a cidadania na Alemanha ser caracterizada por um compromisso com o princípio do *jus sanguinis* faz com que neste país a probabilidade de os imigrantes serem encarados como ameaças à segurança seja muito maior, como já referimos. De facto, a securitarização da migração na Alemanha reflete uma articulação discursiva do imigrante como o ‘*outro*’, o que é em parte condicionado pela forma como o conceito de cidadania é encarado. A tendência de conectar migração e terrorismo acaba pois por advir de “uma tradição de cidadania em que as distinções entre cidadãos e não-cidadãos são explicitamente ‘etnicizadas’ apesar da recente inclusão de provisões *jus soli*” (Diez & Squire, 2008, p. 578). Com efeito, embora atualmente a noção de cidadania já não se restrinja ao *jus sanguinis*, tendo a lei alemã adotado elementos *de jus soli*, a noção de uma comunidade ligada por laços sanguíneos permanece tanto na legislação como no discurso público alemães. Ao seguir este princípio de hereditariedade e ao efetuar uma distinção entre cidadania (que se relaciona com a pertença ao Estado) e nacionalidade (que é algo que existe ‘naturalmente’, dado que a nação é vista como uma comunidade orgânica, natural), a Alemanha estabelece assim regras rigorosas no que toca a cidadãos e não-cidadãos baseadas numa *quasi* natural distinção entre ambos que não pode ser transgredida (salvo em casos muito excecionais). Como tal, ser Alemão significa pertencer não só a uma comunidade que transcende o presente, mas também ao Estado alemão visto como a configuração política incompleta da nação alemã (Diez & Squire, 2008, p. 568). Esta separação entre Estado e Nação, entre cidadão e não-cidadão, e a definição étnica de cidadania faz com que os imigrantes sejam sempre encarados como o ‘*outro*’ e, consequentemente, como uma ameaça à identidade nacional que deve ser abordada através de formas excecionais de política.

Em jeito de conclusão, diríamos que a migração na Alemanha foi alvo de um processo acentuado de securitarização no decorrer do 11 de setembro, sendo que tal processo não se alterou desde então. Mas será que esta securitarização influenciou a imigração de Muçulmanos, nomeadamente de Turcos, para a Alemanha, provocando uma diminuição dos fluxos migratórios? E, por outro lado, que impactos teve mais a jusante, isto é, sobre a qualidade de integração da comunidade turca residente na Alemanha?

2.1 Imigração e integração de imigrantes turcos

Na Alemanha existem atualmente cerca de 3 milhões e 400 mil Muçulmanos, dos quais aproximadamente 2 milhões e 600 mil são Turcos ou Alemães com ascendência turca, fazendo desta comunidade a maior comunidade estrangeira na Alemanha.

Os imigrantes turcos, maioritariamente provenientes da província da Anatólia, começaram a chegar à Alemanha essencialmente a partir de 1961, altura em que, devido à necessidade de mão-de-obra não-qualificada ou semiqualficada para sustentar o milagre económico do pós-guerra, este país assinou um acordo com a Turquia para a contratação de trabalhadores. Esse acordo previa que os *Gastarbeiter* permanecessem no país por um período de dois anos após o qual deveriam regressar ao seu país de origem

para dar lugar a outros trabalhadores (o chamado princípio rotativo ou de migração circular). Devido a este princípio, a Alemanha nunca se preocupou em introduzir políticas para a integração destes imigrantes, dado que não era esperado que os mesmos se instalassem de forma definitiva no país.

Em 1964, em parte devido à pressão exercida pela indústria alemã que não queria estar continuamente a treinar novos trabalhadores, este princípio foi removido do acordo entre a Alemanha e a Turquia, o que, juntamente com decisões europeias apoiadas por tribunais alemães que clarificavam que os imigrantes turcos tinham o direito de permanecer na Alemanha não podendo ser expulsos exceto de tivessem cometido crimes graves, fez com que de temporários estes trabalhadores passassem a permanentes.

Quando em 1973, devido ao choque petrolífero que colocou um fim ao crescimento económico alemão, a Alemanha resolveu acabar com a contratação de trabalhadores estrangeiros, a maioria dos imigrantes turcos, ao contrário do que era esperado pelo governo, optou por permanecer no país e por trazer as suas famílias ao abrigo do direito de reunificação familiar. Assim, em vez de diminuir, o número de imigrantes turcos aumentou, tendência que se manteve ao longo dos anos seguintes graças aos imigrantes de segunda e terceira geração que frequentemente optam por casar com nacionais oriundos da Turquia (González-Ferrer, 2006, p. 171).

Dentro da comunidade turca, o Turco permanece a língua franca, com muitos imigrantes, sobretudo da primeira geração, a terem imensas dificuldades em comunicar na língua do país de acolhimento. Os Turcos de segunda e terceira geração, pelo contrário, revelam uma cada vez maior apetência para o Alemão, embora continuem muito aquém dos alemães nativos e mesmo das outras comunidades de imigrantes. O apelo em relação à aprendizagem do Alemão justifica-se pelo facto de as novas gerações se aperceberem da importância de falar a língua com vista a uma melhor integração. Com efeito, a falta de competências linguísticas é um grande entrave à integração socioeconómica dos imigrantes turcos, dado que os impede de ter um bom desempenho escolar, relegando-os para empregos não-qualificados com baixos salários, ou para o desemprego, e não permite que os mesmos estabeleçam relações fora da sua comunidade.

Esta falta de competências linguísticas e a consequente elevada taxa de desemprego dentro da comunidade turca é, pelo menos em parte, explicado pelo sistema escolar alemão, o qual é altamente estratificado, sendo as crianças encaminhadas para diferentes tipos de escolas secundárias após apenas quatro anos de escolaridade. Embora os sistemas escolares variem de acordo com os *Länder*, as opções mais comuns são a *Hauptschule*, que corresponde ao nível mais baixo e que conduz à obtenção do *Hauptschulabschluss*, um diploma que tem pouco valor no mercado laboral mas que dá acesso ao treino vocacional; a *Realschule*, uma escola de nível intermédio que providencia uma educação geral mais completa e que termina com o *Realschulabschluss*, o qual possibilita a continuação dos estudos com vista à aquisição de qualificações que permitam prosseguir com uma educação vocacional ou superior; e, finalmente, o *Gymnasium*, o nível academicamente orientado que culmina com o *Abitur* ou *Fachhochschulreife*, credenciais requeridas para o acesso à educação terciária (Luthra, 2010, pp. 7-8). Estudos demonstram que crianças imigrantes ou com antecedentes migratórios tendem a ser enviadas para o nível mais baixo do sistema educacional. Em 1999, 48,8% dos estudantes turcos frequentavam a *Hauptschule*, 18,8% frequentavam a *Realschule* e 12,9% frequentavam o *Gymnasium* [os restantes 19,5% correspondem aos alunos encaminhados para uma *Gesamtschulen* (escola integrada)] (Thränhardt, 2004, p. 161). Pelo contrário, no mesmo ano, mais de 30% dos estudantes nativos, ou seja, estudantes com ambos os pais alemães, eram matriculados no *Gymnasium* (Stanat et al., 2002, p. 12; Hoßmann & Karsch in Anónimo, 2011). Além disso, o número de Turcos de segunda e terceira geração que obtém o *Abitur* (14%), embora apresentando resultados promissores em relação aos imigrantes de primeira geração, continua a ser baixo por comparação com os nativos (o número é 50% inferior) (Berlin-Institut für Bevölkerung und Entwicklung, n.d., pp. 3-4). Em 2009, embora tendo melhorado, os números continuavam a demonstrar a diferença entre imigrantes (em especial Turcos) e nativos. Assim, de entre os membros da comunidade turca (aqui estão incluídos os imigrantes com e sem experiência de migração, ou seja, os imigrantes de primeira, segunda e terceira geração e os imigrantes naturalizados), 31,8% tinha terminado a *Hauptschule*, 12,25% a *Realschule* e 22,5% tinha adquirido o *Abitur*, enquanto que entre os Alemães nativos, 30,9% possuía o *Hauptschulabschluss*, 23% o *Realschulabschluss* e 30,7% o *Abitur* (Departamento Federal de Estatística, 2010). Podemos assim afirmar

que continua a existir uma discriminação em relação a imigrantes e pessoas com passado imigrante no que toca à educação, o que prolonga o fosso existente estes e nativos (Hoßmann & Karsch *in* Anónimo, 2011).

O resultado da discriminação no percurso escolar reflete-se, como já referimos, nas elevadas taxas de desemprego que os imigrantes turcos apresentam. Com efeito, os Turcos do sexo masculino possuíam em 2002 a mais elevada taxa de desemprego (25,5%), não só em relação aos nativos, mas também quando comparada com as taxas de desemprego das restantes comunidades imigrantes. E embora a situação em 2007 tivesse melhorado, com uma diminuição da taxa de desemprego para os 20,3%, esta continuava a ser o dobro daquela registada para os Alemães nativos (10,1%) (Alican, 2010). O sucesso educacional (ou, no caso dos imigrantes turcos, a falta dele) explica em parte as diferenças no que toca a taxas de emprego e ao prestígio de emprego. Assim, uma melhoria do sucesso educativo refletir-se-ia numa melhoria da performance laboral dos imigrantes. Contudo, esta não é única explicação para o fosso que separa nativos e imigrantes no mercado laboral. A discriminação também desempenha um papel importante, relegando os Turcos, mesmo quando possuidores de uma educação secundária ou terciária, para empregos com um menor prestígio social ou para o desemprego (Euwals et al., 2007, p. 6; Luthra, 2010, p. 11). Pode-se assim afirmar que a integração económica só foi parcialmente conseguida, dado que uma grande percentagem da comunidade turca se transformou numa subclasse dependente de subsídios públicos, o que contribuiu para o aumento do distanciamento entre esta e a população nativa (Mueller, 2006: 435).

De facto, mesmo quando detentores de um nível de educação mais elevado e de um emprego estável, muitos Turcos de segunda e terceira geração nascidos e educados na Alemanha sentem que a sociedade alemã não os acolhe integralmente, discriminando-os pelo facto de não serem etnicamente alemães e, sobretudo, por serem Muçulmanos. Como resposta a este sentimento de não-aceitação, os Turcos refugiam-se na religião e na tradição. Assiste-se, assim, a uma reconexão às suas raízes turcas, com os seus membros a sentirem-se mais Turcos do que Alemães (Hochmuth, 2006) mesmo quando detentores de cidadania alemã, bem como a uma maior ligação aos valores islâmicos como forma de superação do que é percebido como ausência de pertença efetiva à comunidade alemã, e como forma, portanto, de resistência cultural ao que é igualmente percecionado como uma forma de rejeição por parte da sociedade alemã. Este aumento da religiosidade suscita dois medos junto do público alemão. Por um lado, temem o surgimento de sociedades paralelas que não sejam compatíveis com a cultura alemã e com a democracia, e por outro lado receiam que devido a isso alguns destes imigrantes se tornem recrutas de movimentos fundamentalistas que incitam à violência. Estes temores, por sua vez, são utilizados pelos atores securitarizadores para comprovar a necessidade de se securitarizar a migração para que assim se proceda a um combate eficaz à ameaça que a mesma representa.

Também os casamentos entre nativos e imigrantes, que se têm tornado cada vez mais comuns, podem ser considerados como um indicador particularmente significativo de integração e de identificação (Thränhardt, 2004, p. 162; González-Ferrer, 2006, p. 172). Pelo contrário, a prática de importar parceiros do país de origem é encarada como o tipo de escolha que indica o mais baixo nível de integração, dado que revela uma preferência específica por casar com alguém dentro do seu grupo étnico que não tenha tido contacto prévio com o país de acolhimento em que o imigrante se encontra. Olhando para o número de casamentos mistos, vemos que, embora se tenha registado um aumento desde a década de 70, os números permanecem muito baixos (Avcı, 2006, p. 80). De facto, entre os imigrantes turcos casados em 2007 (861 690), apenas 79 845 (ou seja, 9,3%) o fizeram com um Alemão (Federal Statistical Office, 2008, p. 42), e em 2009, de acordo com o Microcensos, somente 2,68% da comunidade turca (incluimos aqui imigrantes com e sem passado migratório) estava casada com um Alemão sem antecedentes migratórios (Departamento Federal de Estatística, 2010). Esta situação pode conduzir à emergência de sociedades paralelas, um desenvolvimento que não é conducente a uma integração de sucesso.

Em sùmula, de acordo com estudos levados a cabo pelo Instituto para a População e Desenvolvimento em Berlim, os Turcos a viver na Alemanha estão menos integrados do que outros grupos de imigrantes, têm por norma um nível de escolaridade mais baixo e possuem empregos com baixos salários ou estão desempregos (Bartsch, Brandt & Steinvorth, 2010). Possuem, além disso, taxas elevadas de donas de casa e estão frequentemente dependentes de subsídios estatais, o que contribui para que os Alemães olhem para esta comunidade com desconfiança (Hoßmann & Karsch *in* Anónimo, 2011).

Pelos dados já apresentados, consideramos razoável afirmar-se que a comunidade turca terá sido afetada pela securitarização da imigração, e em particular pela sua intensificação no pós-11 de setembro.

A verdade é que se já existia uma dinâmica de discriminação muito clara antes da securitização, esta veio, senão reforçar, pelo menos permitir a continuidade sem qualquer censura de tal dinâmica. Não sendo pois possível identificar o grau de impacto da securitização sobre a prossecução das dinâmicas de discriminação já em curso, é contudo claro e objetivável que a securitização contribuiu negativamente para a qualidade da integração da comunidade turca na Alemanha. De facto, embora alguns indicadores do processo de integração tenham registado melhorias, nomeadamente as competências linguísticas e o desempenho escolar e laboral, a discriminação da comunidade turca continua a ser predominante entre a sociedade alemã, processo para o qual muito contribuíram os discursos e práticas de securitarização da imigração na exata medida em que ajudaram ao reforço da imagem negativa do Turco enquanto ameaça à integridade germânica.

E que impacto é que esta mesma securitarização teve sobre os fluxos de potenciais imigrantes turcos?

De acordo com as estatísticas apresentadas pelo Departamento Federal Alemão de Estatísticas (Destatis), existiam, em 2009, 1 658 083 imigrantes turcos a viver na Alemanha. No entanto, comparadas com anos anteriores – nomeadamente com 1999, em que se registavam 2 053 564 Turcos (de acordo com os dados do *Migration Policy Institute*), estas estatísticas revelam uma diminuição do total de Turcos residentes na Alemanha.

Há pelo menos três possíveis explicações que podemos avançar como tentativas de responder ao porquê dessa diminuição (German National Contact Point for the European Migration Network, 2009, p. 19; European Migration Network, 2010, p. 56).

Por um lado, o número de naturalizações, resultantes da introdução da nova Lei da Nacionalidade em 2000, que estabeleceu novas regras respeitantes à naturalização. Com efeito, embora o número de Turcos que adquiriram nacionalidade alemã tenha entrado em declínio a partir de 1999, ano em que se atingiu o máximo de 100 324 naturalizações, a verdade é que a comunidade turca continua a ser a que mais procura a nova nacionalidade (European Migration Network, 2006, p. 10).

Uma outra possível explicação, poderá passar pela migração de retorno. Tal como a imigração, a migração de retorno é influenciada por mudanças e crises políticas, daí que se registem picos como os que ocorreram após a crise energética de 1973 e em 1983-84 aquando da introdução de uma nova Lei que promove a migração de retorno. Desde 2006, e pela primeira vez desde a década de 80, a emigração turca da Alemanha apresentou números mais elevados do que a imigração turca para a Alemanha, tendo-se mantido assim desde então. Estes números podem ser explicados pelo crescimento económico turco, mas também pela discriminação e dificuldades de integração sentidas pelos imigrantes (Sirkeci, Cohen & Yazgan, 2012).

Finalmente, uma outra explicação passará por uma tendência geral de declínio dos fluxos migratórios provenientes da Turquia, o que pode ser explicado pelo crescimento económico que o país tem registado na última década.

Sejam quais forem as verdadeiras e derradeiras explicações, a verdade é que entre 1999 e 2009 se assistiu a uma real diminuição da população imigrante turca na Alemanha acompanhada de uma efetiva redução do número de novos imigrantes turcos a entrar em território alemão. Em 1999, foram registadas 48 129 entradas de migrantes provenientes da Turquia, número que aumentou até 2002, quando se registaram 58 128 novas entradas. A partir desse ano, contudo, começou-se a verificar uma tendência para a diminuição, com 2009 a ficar-se pelas 27 212 entradas de Turcos na Alemanha.

Esta diminuição do número de entradas de imigrantes turcos ficou a dever-se a um decréscimo de entradas em três tipos de imigração:

- *migração laboral*, uma vez que a securitarização da migração levou à adoção de medidas mais restritivas que dificultaram a entrada de novos imigrantes em solo europeu (OCDE, 2009, p. 192);

- *migração resultante da reunificação familiar*, que foi dificultada no seguimento das alterações feitas em agosto de 2007 ao *Zuwanderungsgesetz*, decorrentes por sua vez da necessidade de incorporar aspetos legais de diversas Diretivas da União Europeia respeitantes à residência e ao asilo;
- e *requerentes de asilo*. Com efeito, o número de requerentes de asilo registou uma diminuição durante essa década, atingindo um pico em 2001 quando 10 869 Turcos pediram asilo na Alemanha, para depois decair drasticamente até 2008 (OCDE, 2008, p. 318).

Mas será que esta diminuição dos fluxos migratórios provenientes da Turquia se ficou a dever a uma securitarização da migração?

A verdade é que é difícil responder a esta questão. Uma prova mais conclusiva passaria por uma análise do número de cidadãos que emigraram da Turquia para a Alemanha entre 1999 e 2009 de forma a verificar se este número se manteve inalterado ou se também registou uma quebra. Contudo, se as estatísticas sobre migração internacional são frequentemente limitadas pela escassez e falta de qualidade dos dados, tal é particularmente pertinente no caso da Turquia, onde é quase impossível especificar quem emigrou para que país e como o fez. Com efeito, não existe informação sobre o processo cronológico e geográfico dos fluxos migratórios turcos, pelo que é difícil obter estimativas credíveis do número de emigrantes que saíram do país durante a década a que se refere o estudo. As únicas estatísticas existentes provêm dos dados recolhidos nos países de acolhimento, neste caso a Alemanha, os quais indicam que houve efetivamente uma diminuição no número de emigrantes turcos. No entanto, não se pode estabelecer uma ligação direta entre esta diminuição dos fluxos migratórios e as mudanças efetuadas nas políticas migratórias durante a década a que nos referimos. No geral, a quebra da migração parece ser uma tendência a longo-prazo (European Migration Network, n.d., p. 5).

Em conclusão, embora de acordo com os dados recolhidos pelo Destatis, OCDE, Eurostat e UNHCR, os fluxos migratórios turcos em direção à Alemanha tenham de facto diminuído, a ausência de dados fiáveis que atestem se a emigração turca diminuiu efetivamente no seu todo entre 1999 e 2009, ou apenas se a Diáspora passou a contemplar novas trajetórias, torna ainda mais difícil compreender até que ponto a descida dos níveis migratórios para a Alemanha tem na sua raiz a securitarização da imigração nesse país. O que se pode concluir é que houve uma securitarização das políticas em matéria de migração e asilo na Alemanha, e que tal não pode ser inócuo no seu impacto sobre as correntes migratórias, já que uma das consequências claras dessa securitarização foi precisamente o acentuado dificultar do acesso legal dos imigrantes ao território alemão.

Paralelamente, podemos também concluir que a securitarização afetou a qualidade dos já de si difíceis e delicados processos de integração das comunidades imigrantes turcas instaladas na Alemanha. Na verdade, pese embora a incorporação no acervo legislativo alemão de políticas anti discriminação desenvolvidas pela União Europeia, e apesar da adoção de novas políticas de integração, o facto é que a comunidade turca continua a ser vista como uma ameaça à segurança e integridade do Estado e da sociedade alemã. A securitarização da imigração veio pois reforçar a dupla condição de estigmatizada da comunidade turca, enquanto imigrante e enquanto muçulmana, tornando-a na imagem privilegiada do “*outro*” que se rejeita e se teme.

Bibliografia

Alican, Cenk (2010). *Germany's New Economic Reality: The Social Immigrant*. International Strategic Research Organisation (USAK). Recuperado em 20 de setembro, 2011, de <http://www.usak.org.tr/EN/makale.asp?id=1262>.

Avci, Gamze (2006). Comparing Integration Policies and Outcomes: Turks in the Netherlands and Germany, *Turkish Studies*, 7(1), 67-84. Recuperado em 15 de novembro, 2010, de <http://dx.doi.org/10.1080/14683840500520592>.

Bartsch, Matthias, Brandt, Andrea, & Steinvorth, Daniel (2010). Turkish Immigration to Germany: A Sorry History of Self-Deception and Wasted Opportunities, *Spiegel*. Recuperado em 14 de março, 2011, de <http://www.spiegel.de/international/germany/0,1518,716067,00.html>.

Berlin-Institut für Bevölkerung und Entwicklung (n.d.). *Summary of the study's findings*. Recuperado em 6 de setembro, 2011, de

http://www.berlin-institut.org/fileadmin/user_upload/Zuwanderung/090217_short_version_final.pdf.

Carvalhais, Isabel Estrada (2010). A União Europeia e o «Outro» – tensões e compromissos da lógica subjacente à sua gestão da imigração de países terceiros, *E-cadernos CES*, 10, 143-173. Recuperado em 20 de agosto, 2011, de <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos10/7%20-%20Isabel%20Estrada%20Carvalhais.pdf>.

Diez, Thomas, & Squire, Vicki (2008). Traditions of citizenship and the securitisation of migration in Germany and Britain, *Citizenship Studies*, 12(6), 565-581. Recuperado em 21 de fevereiro, 2011, de www.informaworld.com/smpp/section?content=a906066576&fulltext=713240928.

European Migration Network (n.d.). *German Annual Report on ASYLUM AND MIGRATION STATISTICS. Reference Year 2006*. Recuperado em 14 de junho, 2011, de http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:yeFV-Q6yTzwJ:emn.intrasoft-intl.com/Downloads/download.do%3Bjsessionid%3D16DD329F537C6648175E56CA7E3AEAC5%3FfileID%3D690+German+Annual+Report+on+ASYLUM+AND+MIGRATION+STATISTICS+Reference+Year+2006&hl=pt-PT&gl=pt&pid=bl&srcid=ADGEESh2Oao6j2IYR-Iob7bTMcufihX-Q5p4cHkFUJoxPenUG6XF-M8t2-roMrw9vp3qfP16U5eWqR0Si6yqiPQO1CPJ1mtwYq5NB3fxeR9_n1NW7PEit-zcAbKiZzfqlcepuDU3maHD&sig=AHIEtbQOn5w0k2UgvXaUns2yyC-5zx0-2w.

European Migration Network (2006). *Annual Policy Report 2005*. Recuperado em 14 de abril, 2011, de <http://www.european-migration-network.org>.

European Migration Network (2010). *Annual Report on Asylum and Migration Statistics 2007*. Recuperado em 14 de junho, 2011, de http://extranjeros.mtin.es/es/RedEuropeaMigraciones/Informe_Anual_Estadisticas_Migracion_Asilo/EMN_Synthesis_Report_Asylum_Migration_Statistics_2007.pdf.

Euwals, Rob, Dagevos, Jaco, Gijsberts, Mérove, & Roodenburg, Hans (2007). Immigration, Integration and the Labour Market: Turkish Immigrants in Germany and the Netherlands, *IZA DP 2677*. Recuperado em 15 de junho, 2011, de <http://ftp.iza.org/dp2677.pdf>.

Fausser, Margit (2006). Transnational Migration – A National Security Risk? Securitization of Migration Policies in Germany, Spain and the United Kingdom, *Reports & Analyses 2*. Varsóvia: Center for International Relations. Recuperado em 12 de janeiro, 2011, de http://csm.org.pl/fileadmin/files/Biblioteka_CSM/Raporty_i_analizy/2006/Margit%20Fausser_Transnational%20Migration%20%E2%80%93%20A%20National%20Se.pdf.

Federal Ministry of the Interior (2008). *Migration and Integration. Residence law and policy on migration and integration in Germany*. Berlin: Federal Ministry of the Interior. Recuperado em 15 de janeiro, 2011, de http://www.bmi.bund.de/SharedDocs/Downloads/EN/Broschueren/Migration_und_Integration_en.pdf?__blob=publicationFile.

Federal Statistical Office (2008). Population and Employment. Foreign population Results of the Central Alien Register, *Subject-Matter Series 1 / Series 2*.

Gellner, Ernest (1993). *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva.

German National Contact Point for the European Migration Network (2009). *Annual Report on Migration and Asylum Statistics 2007*. Nuremberga: Federal Office for Migration and Refugees (BAMF) - National EMN Contact Point and Research Section of the Federal Office. Recuperado em 14 de junho, 2011, de

http://www.integration-in-deutschland.de/cln_153/SharedDocs/Anlagen/EN/Migration/Downloads/EMN/EMNselbst/emn-statistics-report2007-germany-en,templateId=raw,property=publicationFile.pdf/emn-statistics-report20AnnualReporton Migration and Asylum Statistics200707-germany-en.pdf.

González-Ferrer, Amparo (2006). Who Do Immigrants Marry? Partner Choice Among Single Immigrants in Germany, *European Sociological Review*, 22(2), 171–185. Recuperado em 25 de agosto, 2011, de <http://10.1093/esr/jci050>.

Green, Simon (2007). Divergent Traditions, Converging Responses: Immigration and Integration Policy in the UK and Germany, *German Politics*, 16(1), 95-115. Recuperado em 15 de novembro, 2010, de <http://dx.doi.org/10.1080/09644000701197991>.

Hailbronner, Kay (2010). *Country Report: Germany*. Florença: European University Institute. Recuperado em 10 de março, 2011, de <http://eudo-citizenship.eu/docs/CountryReports/Germany.pdf>.

Hoßmann, Iris, & Karsch, Margret (2011). Germany's Integration Politics. In Anónimo. *The Online-Handbook Demography of the Berlin-Institute*. Berlin: Berlin-Institut für Bevölkerung und Entwicklung. Recuperado em 17 de junho, 2011, de http://www.berlin-institut.org/fileadmin/user_upload/handbuch_texte/pdf_Hossmann_Karsch_Germanys_Integration_Politics.pdf.

Hobsbawm, E. J. (1997). *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality*. Cambridge: Cambridge University Press.

Hochmuth, Henrike (2006). Turks in Germany: Are they a bridge or an obstacle to Turkey's EU membership?, *The Journal of Turkish Weekly*. Recuperado em 14 de março, 2011, de <http://www.turkishweekly.net/print.asp?type=2&id=146>.

Hollifield, James (2008). The Emerging Migration State. In Alejandro Portes, & Josh DeWind (Ed.). *Rethinking Migration: New Theoretical and Empirical Perspectives* (pp. 62-89). Oxford e Nova Iorque: Berghahn Books. Recuperado em 1 de agosto, 2011, de http://books.google.com/books?id=PJR-4_IvuBwC&pg=PA62&dq=the+emerging+migration+state&hl=pt-PT&ei=E2xBTs3AAsjOhAfCtpy-CQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCoQ6AEwAA#v=onepage&q=the%20emerging%20migration%20state&f=false.

Klusmeyer, Douglas (2001). A 'guiding culture' for immigrants? Integration and diversity in Germany. *Journal of Ethnic and Migration Studies* 27(3), 519-532. Recuperado em 15 de novembro, 2010, de <http://dx.doi.org/10.1080/136918301200266211>

Koser, Khalid (2011). *When is Migration a Security Issue?* Washington: The Brookings Institution. Recuperado em 14 de janeiro, 2011, de http://www.brookings.edu/opinions/2011/0331_libya_migration_koser.aspx.

Luthra, Renee Reichl (2010). Assimilation in a New Context: Educational Attainment of the Immigrant Second Generation in Germany, *ISER Working Paper* 2010-21. Essex: Institute for Social and Economic Research (ISER). Recuperado em 15 de junho, 2011, de http://www.iser.essex.ac.uk/files/iser_working_papers/2010-21.pdf.

Mueller, Claus (2006). Integrating Turkish communities: a German dilemma, *Popul Res Policy Rev*, 25, 419-441. Recuperado em 15 de janeiro, 2011, de http://www.fulbright.de/fileadmin/files/togermany/information/2005-06/gss/mueller_communities.pdf.

OCDE (2008). *International Migration Outlook: Annual Report*. Paris: OECD Publications. Recuperado em 14 de junho, 2011, de http://www.economia.unam.mx/cegaemex/DOCS/migracion_ocde.pdf.

OCDE (2009). *International Migration Outlook: SOPEMI 2009*. Paris: OECD Publications. Recuperado em 14 de junho, 2011, de <http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2009/04013.pdf>.

- Pautz, Hartwig (2005). The politics of identity in Germany: the Leitkultur debate. *Race and Class* 46(4), 39-52. Recuperado em 30 de janeiro, 2011, de [http://polisci2.ucsd.edu/rabarrett/ps108/Pautz%20\(Germany%20Leitkultur\).pdf](http://polisci2.ucsd.edu/rabarrett/ps108/Pautz%20(Germany%20Leitkultur).pdf).
- Schaefer, Sarah (2005). *Germany: A Case Study of Failed Integration?* Recuperado em 10 de fevereiro, 2011, de kms1.isn.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/25790/.../01_Germany.pdf.
- Sirkeci, Ibrahim, Cohen, Jeffrey H. & Yazgan, Pinar (2012). Turkish culture of migration: Flows between Turkey and Germany, socioeconomic development and conflict, *Migration Letters*, 9(1), 33-46. Recuperado em 10 de setembro, 2011, de <http://www.metapress.com/content/w56tp61578660857/fulltext.pdf>.
- Stanat et al. (2002). *PISA 2000: Overview of the Study. Design, Method and Results*. Berlin: MaxPlanck Institute for Human Development. Recuperado em 4 de setembro, 2011, de http://www.mpib-berlin.mpg.de/Pisa/PISA-2000_Overview.pdf.
- Thränhardt, Dietrich (2004). Immigrant Cultures, State Policies and Social Capital Formation in Germany, *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, 6(2), 159-183. Recuperado em 20 de agosto, 2011, de <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1387698042000273460>.
- Zolberg, A. (1996). International Migrations in Political Perspective. In M. M. Kritz, C. B. Keely, & S. M. Tomasi (Ed.). *Global Trends in Migration: Theory and Research on International Population Movements* (pp.1-27). Staten Island, Nova Iorque: Center for Migration Studies.